

**Velhas Alianças e Novos Compromissos: Extensão Rural e
Cooperativismo Agrícola no Brasil¹**

**Old Coalitions and New Commitments: Rural Extension and
Agricultural Cooperatives in Brazil**

Maria Luiza Lins e Silva Pires

E-mail: marialuizapires@gmail.com

Professora Titular do Departamento de Educação da UFRPE. Doutora em Sociologia
Bolsista de Produtividade do CNPq.

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no XV Jornadas Nacionales de Extensión Rural em Potreo de los Funes, San Luis – Argentina, em outubro de 2010.

Recebido em: 04/04/2018
Aprovado em: 23/05/2018

**Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural (UFV)**

ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.1 | JAN.-JUN.2018

Resumo

Este trabalho discute a relação entre extensão rural, cooperativismo agrícola e agricultura familiar, analisando os novos elementos que permeiam essa relação na atualidade. Marcados por uma estrutura autoritária e verticalizada e fomentada por uma ideologia conservadora, a extensão rural e o cooperativismo tinham, na base exportadora da produção agrícola, a sua fundamentação política. Os camponeses, reféns de projetos desvinculados de suas necessidades, limitavam-se a condição de “público beneficiário.” Hoje, diferentemente do passado, a relação entre Extensão Rural e Cooperativismo é norteadada pela possibilidade de ampliação dos espaços de participação democrática, permitindo o reconhecimento da importância da agricultura familiar, ainda que pesem as incertezas da atual conjuntura política sobre o futuro das práticas sociais.

Palavras-chave: Extensão rural, cooperativismo e agricultura familiar.

Abstract

This study discusses the relation among the rural, rural cooperatives and family farming, analyzing new elements that, nowadays, perspass this relations. Scarred by an authoritarian vertical structure and encouraged by a conservative ideology, the rural extension and cooperatives were, at the exporting base of agricultural production, its political funamentation. Peasants, stuck to projects unrelated to their needs, were limited to the “beneficiary public” condition. Today, unlike the past, the relation between Rural Extension and Cooperatives is lead by the expansion of democratic participation spaces, allowing the recognition of the importance of family farming, even knowing that uncertainty of the current political conjunction has its price over the future of social practices.

Keywords: Rural Extension, cooperatives and family farming.

Introdução

No Brasil, unidas por um contexto sócio econômico comum, a Extensão Rural e o Cooperativismo agrícola guardam muitas similaridades entre si. Sob a inspiração do ideário da Revolução Verde, foram marcados por uma estrutura autoritária e verticalizada, fomentada por uma ideologia conservadora, que tinha na base exportadora da produção agrícola a sua fundamentação política e econômica. (RIOS, 2007, FONSECA, 1985, PIRES, 2003 e PIRES et al., 2009). O ideal de incremento da produtividade agrícola e de contenção do êxodo rural, via adoção de técnicas modernas com forte dependência de máquinas e insumos de procedência estrangeira, pautava as orientações ali contidas (PIRES, 2003, p.47).

Com efeito, o cooperativismo e a Extensão Rural estiveram atrelados a um modelo de desenvolvimento próprio do pós-guerra que se fundamentava numa ideia de modernidade. Modernidade entendida como sinônimo de industrialização, prosperidade, abundância, progresso, racionalidade tecnológica e consumo (GOMES DE MATOS, 2006, p. 306). A evolução natural da sociedade moderna, como sublinha Gomes de Matos (2006, p. 286), pressupunha a capacidade de ultrapassar o subdesenvolvimento pelo desenvolvimento, a produção artesanal pela industrialização, a partir de um crescente aperfeiçoamento tecnológico.

Movida por uma ideia de industrialização e urbanização da vida social, a modernização do mundo rural não ficava alheia a essas tendências. Tinha como premissa a adoção de manejos e técnicas fortemente dependente de máquinas e insumos de procedência estrangeira, como forma de se assegurar uma produção em alta escala, superando, ao mesmo tempo, as condições do seu atraso.

Como observa Wanderley (2009, p. 45), em nome de uma palavra mágica chamada “progresso”, muitas ações foram implementadas no campo e concessões foram feitas às grandes empresas nacionais e multinacionais, especialmente na região amazônica. Um progresso, como admite, “abstratamente definido, inibindo a análise crítica dos processos sociais”. Ao que complementa:

Na verdade, o desenvolvimento da agricultura brasileira resultou da aplicação de um modelo modernizante, de tipo produtivista, sobre uma estrutura anterior, tecnicamente atrasada, predatória dos recursos naturais e socialmente excludente. A agricultura que emerge desta junção não

elimina completamente a marca deste passado, ao qual acrescenta as contradições específicas do modelo produtivista adotado (Idem 45-6).

Não é, pois, de se estranhar que as contradições advindas de um modelo modernizante, calcadas num modelo produtivista, dependente de uso de intensivos de insumos não comprometessem as atividades desenvolvidas no mundo rural, a rigor a extensão rural e o cooperativismo.

Distinguindo-se da Extensão Rural por estar apoiada numa fundamentação teórico-filosófica, que lhe confere uma identidade particular e lhe projeta como movimento social, o cooperativismo figura como uma preocupação recorrente das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

É possível admitir que a íntima relação entre ambos esteja associada ao fato de o cooperativismo revestir-se, até hoje, como um recurso importante da extensão rural para fazer chegar as políticas agrícolas até aos agricultores. É uma forma também de otimizar as ações públicas, a partir de grupos já previamente organizados. Soma-se a esses dois fatores a crença na fórmula cooperativa, pelo poder de congregar os agricultores em torno de interesses comuns, de ser capaz de gerar trabalho e renda, e dada a sua ancoragem territorial, contribuir para a dinamização do local.

A relação entre extensão rural e cooperativismo também sinaliza a possibilidade de ampliação dos espaços de participação democrática, ambos comprometidos com os princípios norteadores do desenvolvimento local. O que significa que as práticas de extensão rural e de cooperativismo trazem em si um duplo apelo: de emancipação econômica e de emancipação política da população que vive nos espaços rurais. De emancipação econômica no sentido de atender as crescentes demandas impostas pela globalização - em termos de eficiência, capitalização, etc. De emancipação política pela possibilidade de atender aos apelos éticos da contemporaneidade, especialmente de distribuição da riqueza e ampliação da democracia (PIRES, 2003).

Metodologia

O fato é que estamos, permanentemente, avaliando o poder explicativo dos conceitos e a sua pertinência na atualidade, encontrando novos significados para que possam ser compreendidos à luz das mudanças sociais. Sem sombra de dúvida, a conjuntura atual de globalização tende a desafiar a extensão rural e ao cooperativismo a se modernizarem ao ritmo dessas mudanças.

As reflexões aqui tecidas nos levam às seguintes questões: O que há de novo na relação entre as práticas de extensão rural e as práticas cooperativas? Como o cooperativismo está presente nas políticas de ATER?

Com base nessas questões, este trabalho tem como objetivo principal situar a origem comum da Extensão rural e do cooperativismo no Brasil, analisando os novos elementos que permeiam essa relação na atualidade.

O trabalho está dividido em três partes principais, além da introdução e das considerações finais. A primeira e a segunda parte recuperam algumas características do cooperativismo e da extensão rural no Brasil respectivamente, relacionando-as aos modelos de desenvolvimento vislumbrados no país. A terceira parte procura identificar os pontos de intercessão entre os dois conceitos, relacionando-os às políticas de assistência técnica e Extensão Rural (PNATER). Nesse contexto, destaca a agricultura familiar como o elo convergente entre a extensão rural, o cooperativismo e o desenvolvimento local.

Discussão: um breve balanço do cooperativismo brasileiro e da Extensão Rural.

A literatura brasileira da primeira metade dos anos 1980 denuncia o caráter verticalizado do movimento cooperativo, identificando-o também como instrumento de controle social e político². Assim, a semelhança de outros países da América Latina, no Brasil também se fez presente um modelo de organização cooperativa imposto de cima para baixo, desvinculado das necessidades de seus membros, através do qual a participação se reduzia, quase sempre, à aprovação das políticas agrícolas do Estado: - estímulo às culturas de exportação em detrimento das culturas de subsistência: - exclusão dos camponeses do mecanismo de decisão; - grande influência das elites locais sobre o movimento, utilizando-o como fonte de poder (GIBBS, 1995:60; RIOS, 2007).

Embora, como observe Gibbs (op.cit), as “seqüelas” da colonização não fossem tão evidentes na América Latina, como foram na região francesa da África; houve, em todos os casos, a imposição de um modelo dos países do Norte, comprometendo

² As obras de Loureiro (org. 1981), Coradini & Fredericq (1982), Araújo (1982), Rios (2007) entre outros constituem, pode-se dizer, um primeiro avanço no sentido de denunciar o movimento cooperativista do país dentro das diretrizes de uma modernização conservadora em que o Estado atuava de forma autoritária e centralizada.

seriamente os aspectos sócio-culturais das populações envolvidas e a forte presença de um Estado autoritário, portador de um projeto ideológico de desenvolvimento. Não é de se estranhar, portanto, que a história do cooperativismo em todos esses países estivesse marcada por "grandes esperanças e lamentáveis fracassos" (DEVELTERE, 1998, p.11).

De todo modo, como bem ressalta Rios (2007), enquanto o cooperativismo na Europa surgia como "uma reação proletária aos problemas socioeconômicos criados pelo capitalismo", no Brasil, ao contrário, esse mesmo movimento "nasce como uma promoção das elites (econômicas e políticas) em uma economia predominantemente agroexportadora." (RIOS, 2007, p. 27). E, com essa feição, passa a transitar entre as mais diversas e contraditórias inspirações políticas. Não sem razão, portanto, Rios relaciona o cooperativismo a uma dessas "palavras mágicas" que "servem para tudo, como uma chave-mestra que abre todas as portas" (RIOS, 2007, p.12). Como bem observa esse ilustre estudioso do cooperativismo brasileiro, a ideia de cooperativismo tanto transitava nos projetos de reforma agrária como nas recomendações de fontes diametralmente opostas, a exemplo das pastorais da igreja católica, por um lado, e da Aliança para o progresso, de outro. Ademais, como observa esse autor, a fórmula cooperativa esteve historicamente associado a uma nítida diferenciação de classe social, tendo sido estimulada tanto para a agricultura de exportação - entre os produtores ligados à cana de açúcar, ao cacau e ao algodão - como também para a agricultura de subsistência, entre os pequenos produtores, pescadores e artesãos. O que faz com que Rios diferencie um "cooperativismo dos ricos" e um "cooperativismo dos pobres". (Idem, p. 13-15).

Entretanto, como já discutido em trabalho anterior, é possível observar que a literatura brasileira atual se desligue de uma tendência em denunciar o cooperativismo como um modelo incapaz de responder as necessidades dos agricultores, passando, especialmente a partir dos anos 1990, a revelar e a valorizar as possibilidades contidas na "fórmula cooperativa", em termos de organização da produção, agregação de valor aos produtos e de sua inserção em nichos de mercado. Destacam-se, nesses estudos, a preocupação em torno dos desafios impostos pela globalização, seja no que diz respeito a necessidade de adoção de modernização das práticas e da adoção de novos estilos de governança, seja no que diz respeito a maior participação dos associados na dinâmica da cooperativa como requisito para a ampliação do espaço de participação democrática (PIRES, 2004) e de criação de um capitalismo contraegemônico (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002), chamando a atenção para o potencial emancipatório das práticas associativas.

Na verdade, a identificação do cooperativismo com a ideia de laços sociais, solidariedade, sentimento de pertencimento e de raízes locais traz subsídios para se pensar o território e o desenvolvimento local. Nesse sentido, é possível admitir que

A participação efetiva dos sócios (das cooperativas) nos processos sociais associa-se a uma inserção territorial(...). As cooperativas permitem o aproveitamento dos recursos autóctones, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento de formas de comportamentos democráticas e reforçam o interesse pela coletividade (MARTÍNEZ; PIRES, 2002).

Para alguns autores, a exemplo de Santos & Rodríguez (2002), o caráter de trabalho coletivo, solidário e democrático imprime uma nova lógica no âmbito da produção, intercâmbio e consumo, capaz de instituir uma sociabilidade mais inclusiva e mais democrática.

Soma-se a essa discussão acadêmica, a preocupação dos órgãos de representação do movimento cooperativo e dos técnicos do serviço público e das organizações não governamentais e, principalmente, dos gestores das cooperativas com a necessidade de as empresas cooperativas se adequarem aos novos apelos econômico-produtivos típicos da globalização da economia. Tal esforço tanto tem repercutido na reformulação das práticas existentes, como também tem estimulando a criação de novos modelos de cooperativas em todo o país.

A extensão rural no Brasil, como em toda a América Latina, está associada ao período imediatamente posterior a Segunda Guerra Mundial, tendo sido oficializada em 1948, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Minas Gerais (ACAR), em Minas Gerais, a partir de acordos e convênios firmados entre Brasil e Estados Unidos.

Nos seus primórdios, a extensão rural foi movida por um ideal de desenvolvimento e de progresso, via incremento do sistema produtivo nas áreas rurais, por meio da adoção de técnicas modernas de produção contidas no ideário da Revolução Verde. Para isso, fazia-se necessário remover as populações rurais do estágio de pobreza e atraso tecnológico em que se encontravam, através de um trabalho de “persuasão”, no qual as informações produzidas nas universidades e centros de pesquisa seriam “transmitidas”, “estendidas” e “disseminadas” nas comunidades rurais. Também estavam previstas nas atividades de extensão a necessidade de educação da população rural. Modernizar o camponês requeria, além dos ensinamentos técnicos no campo da agronomia e veterinária, noções relacionadas à regras de higiene, alimentação, vestuário

e cuidados com os filhos. Razão pela qual, as equipes de extensionistas eram quase sempre compostas por economistas domésticas, assistentes sociais, nutricionistas, além, evidentemente, da presença obrigatória dos agrônomos e veterinários. Tratava-se, pode-se admitir, de um certo processo civilizatório, no qual o modelo a seguir seria sempre o das áreas adiantadas, ditas “desenvolvidas” ou “adiantadas”. O objetivo era, assim, o de promover as transformações do sistema produtivo-econômico e social do mundo rural, de modo a adequá-lo às novas exigências do capital (FONSECA, 1985; CALLOU, 2006; PIRES, 2003; PIRES et al 2009).

As ações no âmbito da Extensão rural também foram fomentadas pelas mesmas premissas que orientaram o ideal do cooperativismo, sendo igualmente utilizadas como instrumento de controle ideológico e político do país na implementação do modelo “moderno” da agricultura. Ademais, a semelhança de outros países da América Latina, a Extensão Rural brasileira também seguiu as diretrizes de uma política inspirada nas recomendações dos Estados Unidos. Diretrizes essas voltadas muito mais para a reprodução do capital do que para atender aos apelos da maioria da população do campo (Fonseca, 1985).

Eis a razão pela qual, compartilhamos “infortúnios” comuns com muitos dos nossos países vizinhos. O fato é que, camuflado num discurso filantrópico, de ajuda aos “países emergentes” ou “em vias de desenvolvimento”, os Estados Unidos ampliavam o mercado consumidor para os seus produtos industrializados – fertilizantes, adubos, sementes melhoradas, máquinas, entre outros – ao mesmo tempo em que tentavam conter o avanço das idéias socialistas no mundo e inibir o poder de ação dos movimentos sociais (FONSECA, 1985; COSTA, 2002).

Na verdade, como analisam alguns autores, o que estava por detrás da política de extensão rural do Brasil e da América Latina era um projeto de controle político e econômico dos Estados Unidos (FONSECA, 1985; COSTA, 2001) e, por parte das nossas elites políticas e econômicas, um compromisso com a grande propriedade e com uma política de exportação, excluindo amplos segmentos da dinâmica produtiva. Aliavam-se, dessa forma, “interesses conservadores brasileiros e interesses econômicos e políticos estrangeiros, sobretudo norte-americanos” (Idem 62). Esse quadro ficou mais nitidamente delineado com o Golpe Militar, em 1964, quando o governo brasileiro assumiu uma postura de seguir com mais rigor as recomendações do governo americano, especialmente aquelas contidas no arcabouço político ideológico da Aliança para o Progresso: a redução

do déficit público, o aproveitamento da ajuda econômica internacional e uma política de incremento da produção de alimentos e expansão da produção agrícola para exportação (BRASIL, 1966, p. 89 apud DEL VECCHIO, 2003) passaram a nortear os critérios de desenvolvimento adotados. Em nome de um “projeto nacional” calcado num regime político autocrático, unia-se a burguesia agrária, industrial e financeira a uma elite militar na defesa do *status quo* e da estrutura fundiária, repercutindo na exclusão política, social e econômica de amplos segmentos da população rural (FURTADO, 1979 apud DEL VECCHIO, 2003, p. 77).

Nesse sentido, como bem argumenta Fonseca (1985, p.66), a análise da experiência brasileira deve ser compreendida “como algo consentido pelas elites na defesa de seus interesses imediatos e não como algo necessário e imprescindível aos interesses das camadas populares rurais”.

Segundo uma avaliação comparativa entre os serviços de extensão adotados no mundo, foi na América Latina onde se observou uma maior deturpação dos seus princípios filosóficos e seus métodos, obtendo-se, por conseguinte, os resultados mais pífios em torno do desenvolvimento rural (OLINGER, 1992, p. 42). Isso se justifica, em grande medida pelo fato de que, como observa Gomes de Matos (2006, p. 302), nos países de industrialização tardia, não se construiu um equilíbrio entre capital e trabalho capaz de garantir a regulação do mercado de trabalho com os ganhos sociais do Estado. Ao que acrescenta: “Entre nós, o crescimento foi associado à modernização, ao desemprego e à redução dos salários, em detrimento do poder das organizações trabalhistas, da distribuição de renda e da formação de um mercado interno como fator dinâmico do desenvolvimento econômico” (Idem, p. 303). Noutros termos, implica admitir, a semelhança de Cavalcanti (1995, p. 107) que entramos na pós-modernidade “sem usufruir da suposta modernidade do setor agrícola”.

Em outro trabalho, ao nos referir sobre as distorções contidas num modelo de extensão rural promulgado pela Revolução Verde, que tinha no ideal de incremento da produtividade a sua fundamentação, comentamos:

A extensão rural só se tornou eficaz para uma minoria de produtores com base na monocultura e voltada para um mercado de exportação. A maioria da população camponesa, entretanto, permaneceu à margem dos benefícios propagados pelas políticas de extensão e cada vez mais vulnerável ao assalariamento, isto é, a perda de autonomia sobre o trabalho e de controle sobre os meios de produção (PIRES, 2003:55).

De fato, a Revolução Verde conseguiu resultados prodigiosos em termos de aumento de produtividade agrícola e de desenvolvimento de pesquisa e tecnologia por órgãos públicos e agências privadas. Entretanto, essas conquistas se deram em meio a um elevado custo social e ambiental, na medida em que vieram acompanhadas da concentração de terra e de renda, da exclusão do campesinato e dos trabalhadores do cenário político, do aumento da dependência do uso abusivo de pesticidas e fertilizantes, do endividamento do agricultor que se associava a perda da unidade produtiva e a sua transformação em assalariado. Fatores que, segundo Wanderley (1994), reservaram um “lugar subalterno” e “historicamente bloqueado” da agricultura familiar na sociedade brasileira.

Esse caráter “doloroso” da modernização a brasileira decorre, como bem observa Wanderley (2009), do conteúdo conservador da modernização agrícola no Brasil. Como explica, “a modernização adotada é ‘dolorosa’, antes de tudo, porque, paradoxalmente, reproduz o atraso”. E o atraso que permanece no moderno, deriva exatamente do fato de que

A modernização foi feita sob o comando da terra, isto é, foi feita pelos e para os proprietários fundiários, gerando uma tensão entre a propriedade e a produção que afeta a profundidade da própria modernização (WANDERLEY, 2009, p. 46).

Cavalcanti (1995, p.107) questiona a validade de um modelo de agricultura que se propôs a resolver o problema da fome no mundo. Essa autora chama a atenção para o fato de que, em termos de quantidade de alimentos produzidos, esse modelo foi um sucesso, o que está atestado nas supersafras e no lugar dos produtos brasileiros na pauta de exportação. Entretanto, como observa, a ampliação do número de excluídos põe em xeque esse dito “sucesso”.

As críticas formuladas ao longo do tempo em torno da Extensão Rural e também do cooperativismo contribuíram para um repensar das práticas sociais voltadas ao campo, permitindo, assim, que incorporassem novos significados e atribuições. Paulo Freire, particularmente através da sua obra “Extensão ou comunicação?”(1988), foi, sem dúvida, o marco mais importante nesse repensar da Extensão Rural. Condenando uma prática de extensão rural fortemente vinculada a um projeto de modernização do campo, que reproduzia as desigualdades sociais, que se apoiava na subserviência dos camponeses, que desrespeitava o seu saber e a sua cultura, Paulo Freire passa a atribuir a extensão um significado de comunicação, de troca, diálogo e de participação. Aliás, ele vai mais além

quando propõe a substituição do termo “extensão”, pela carga negativa que incorpora, para “comunicação”.

Na verdade, o grande mérito da pedagogia de Paulo Freire - que alimentou muitas discussões envolvendo as universidades e instituições voltadas à extensão – foi o dar visibilidade política aos camponeses, identificando-os como sujeitos do processo, capazes de definir as suas prioridades.

Vários outros motivos vêm alimentando esse repensar da Extensão Rural. O próprio quadro conjuntural marcado pelo fracasso dos projetos implementados pelo setor público, muitos deles apoiados por agências de fomento internacionais, a exemplo do Banco Mundial, contribuiu nesse sentido. Essas agências passaram a avaliar os seus próprios métodos, passando a incluir na pauta de avaliação dos projetos a questão da participação das comunidades e a preocupação ambiental (CAVALCANTI, 1995, p. 107). Soma-se a isso, outros fatores conjunturais de enfraquecimento do poder do Estado, de ampliação do poder das empresas transacionais, de forte competitividade, de ampliação do espaço de participação da sociedade civil, de valorização do local como contraponto do global, de criação de dietas alimentares pós-fordistas ou pós-modernas e de outros aspectos que se inserem no contexto da globalização. Tais fatores desafiam o cooperativismo e a extensão rural, bem como ao conjunto das políticas públicas a se guiarem por outros indicadores, hoje presentes nas concepções em torno do desenvolvimento e que se encontram relacionadas a requisitos como bem estar, saúde da população, qualidade de vida, “liberdade de fazer escolhas”, etc, ampliando o arsenal de possibilidades, para além de uma dimensão meramente econômica. A incorporação de novos elementos na concepção teórica e nas atividades práticas desenvolvidas pela Extensão Rural no Brasil vem, por conseguinte, atribuindo-lhe dimensões e significados diferentes ao longo do tempo.

Com efeito, os significados atribuídos à extensão rural no curso histórico foram tratados com profundidade por Callou (2006), na obra intitulada Extensão Rural: Polissemia e Memória. Uma polissemia, como explica, que foi estimulada não apenas pelo Estado, mas também pela produção científica universitária e pelos centros de pesquisa, influenciados por dinâmicas específicas do processo de acumulação capitalista.

Assim, destacando o caráter polissêmico da extensão, Callou resgatou as diretrizes contidas nas motivações políticas de cada tempo histórico, identificando dez significados

distintos na extensão rural. Para Callou, esse caráter polissêmico exprime a capacidade que tem a Extensão Rural de se renovar permanentemente e de resistir ao tempo. Motivo pelo qual também lhe permite a incorporação de concepções contemporâneas, a exemplo do desenvolvimento rural sustentável, da gestão da comunicação, das novas ruralidades, da agroecologia, da economia solidária, entre outras (CALLOU, 2006, p. 82).

Um balanço oportuno dos 60 anos de extensão rural no Brasil foi permitido com o seminário “O estado da arte do ensino da extensão rural”, realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2008, em Itamaracá - Pernambuco. O referido seminário foi antecedido por uma pesquisa envolvendo um levantamento das principais tendências presentes nos cursos de graduação e de pós-graduação das universidades públicas e privadas do país relacionadas à disciplina extensão rural. O documento gerado a partir dessa pesquisa, além de oferecer um panorama das dificuldades e desafios relacionados ao ensino e as práticas de extensão rural, sinalizou que muitos temas contemporâneos transversais à extensão rural vêm sendo incorporados, embora ainda persista, com base nos currículos analisados dos cursos oferecidos no Brasil, uma forte referência ao caráter tecnicista, e individualista e não problematizador da disciplina; uma questão, aliás, tão fortemente criticada ao longo dessas últimas décadas (CALLOU et al, 2008).

Resultado: a agricultura familiar como o ponto de intercessão entre o cooperativismo e a extensão rural

As novas concepções em torno da idéia de desenvolvimento sugerem um abandono da lógica que norteou os padrões de crescimento do pós-guerra, sugerindo, ao mesmo tempo, a apropriação de conceitos e de categorias que foram historicamente desprezados e a criação de outros surgidos à luz dos debates contemporâneos. Contribui, para isso, a crise macroeconômica expressando os limites do crescimento e a falência dos modelos tradicionais de desenvolvimento, a insustentabilidade ambiental, a ampliação da exclusão social por um lado e, por outro, o fortalecimento dos movimentos verdes e de movimentos sociais em torno da cidadania, propondo a ampliação do espaço democrático como uma forma de resistência ao capitalismo hegemônico.

Soma-se a isso a crise do Estado de Bem Estar, até então principal agente promotor do desenvolvimento e a incapacidade do mercado em regular a economia. Inclui-se ainda

nesse contexto o surgimento de um processo estimulado pela relação global/local que prevê o atendimento as demandas globais a partir da capacidade de articulação dos atores locais. O eixo desloca-se, assim, da idéia de desenvolvimento como algo a ser buscado de fora para um desenvolvimento a ser gerado a partir dos recursos e das capacidades endógenas.

Com isso, o desenvolvimento local (e não mais um desenvolvimento genérico) passa a ser também associado à qualidade de vida, à preservação ambiental, enfim ao crescimento sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais. Tal concepção traz em seu bojo a necessidade de uma concertação social, isto é, uma orquestração de interesses entre atores da sociedade civil, das organizações governamentais e não governamentais, empresários, igreja na defesa de interesses comuns. Associado a concertação social, outros conceitos se destacam como capital social, empoderamento, território, identidade, governança, exprimindo, todos eles, laços sociais e relações de proximidade dentro de um esforço de construção coletiva da vida social (Buarque, 2002; GOMES DE MATOS, 2004)

O fato é que a associação entre desenvolvimento, qualidade de vida e preservação ambiental contribuiu, em grande medida, para uma valorização do espaço rural. Destaca-se, também, o papel dos movimentos verdes na crítica ao modelo produtivista e na defesa de práticas ecológicas e de preservação ambiental como uma instância privilegiada para a construção de um outro olhar sobre o campo (WANDERLEY, 2009, p. 216). Nesse novo desenho, a “questão rural”, como sublinha Wanderley (2009, p.229), tanto diz respeito a necessidade de inserir o espaço rural e seus atores na dinâmica produtiva, como também diz respeito a necessidade de assegurar os recursos naturais do meio rural como um patrimônio de toda a sociedade.

Nesse contexto, o papel do camponês/ agricultor familiar, passa a ser redefinido, a partir de duas possibilidades distintas: “por um lado, sua capacidade de adquirir a competência, cada vez mais complexa, exigida pela própria atividade agrícola, e, por outro lado, sua capacidade de ocupar os espaços não agrícolas que se expandem no meio rural” (WANDERLEY, 2009, p.237), o que implica, como admite Wanderley, em situar o lugar da agricultura e dos agricultores nas políticas de desenvolvimento territorial/local.

Pode-se dizer que os negócios relacionados à agricultura familiar são mais facilmente viabilizados quando os agricultores estão associados em cooperativas. O

cooperativismo, nesse sentido, representa a institucionalização de um espaço social, político, econômico, através do qual os agricultores podem potencializar o seu potencial produtivo e implementar as ações de interesse do grupo, especialmente aquelas relacionadas a uma inserção mais competitiva nos mercados locais, regionais, nacionais e globais.

Com efeito, o cooperativismo vem sendo identificado na literatura como um instrumento importante na integração dos pequenos agricultores à dinâmica produtiva, maximizando os resultados, permitindo uma economia de escala e condições de concorrência (LAUSCHNER, 1994; SANTOS & RODRÍGUEZ, 2002, PIRES et al 2009). A viabilização da agricultura familiar por meio do cooperativismo parece ganhar uma particular importância na atual conjuntura de globalização da economia, quando a manutenção da produção sob rigorosos controles de qualidade – aí incluindo aspectos relacionados à aparência, os procedimentos de rastreabilidade, embalagem e transporte dos produtos - se impõe como um requisito essencial para a inserção dos produtos nos mercados.

Como sublinha Flores (2002:352), os produtos tradicionais provenientes da agricultura familiar podem galgar um maior espaço nos mercados local, nacional e internacional, desde que haja, por parte dos agricultores, condições de se organizarem e controlarem, eles próprios, as suas associações.

Portanto, é possível inferir a partir dessa observação de Flores que o papel da assistência técnica no âmbito da extensão rural não se reduz apenas para fomentar a criação de cooperativas, mas, especialmente, em apoiar o empreendimento coletivo por meio de capacitação dos seus associados e gestores.

Na verdade, a relação entre extensão rural e cooperativismo mostra-se particularmente importante para o fortalecimento da agricultura familiar pelas possibilidades que oferece em termos de introdução de políticas de qualidade e de práticas gerenciais modernas, introdução de novas tecnologias, capacitação dos gerentes e dos sócios e estabelecimento de parcerias diversas.

Tais estratégias permitem, por sua vez,

A possibilidade de ampliação do volume de produção e de comercialização, de produção nas entressafas ou janelas de mercado, para a conquista de certificados de qualidade e ampliação de acesso aos nichos de mercado que, em última instância, demonstram a forma como os indivíduos se articulam na busca de suas soluções diárias para o atendimento das exigências dos diversos mercados (PIRES, 2007).

Com efeito, dentre os temas que marcam o desenvolvimento rural na atualidade, destaca-se a preocupação com a agricultura familiar. Schneider (2008), nesse sentido, elenca quatro fatores que influenciam as propostas de desenvolvimento nos quais se faz presente a valorização da agricultura familiar:

a) O reconhecimento do potencial social, econômico e produtivo da agricultura familiar, a partir da primeira metade da década de 1990, especialmente com a criação de políticas favoráveis a agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996.

b) A influência da ação do Estado no meio rural, a partir de políticas públicas destinadas ao apoio à agricultura familiar, à segurança alimentar, ao apoio as comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, entre outras) e ao desenvolvimento territorial. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR-MAPA), mais tarde transferida para o MDA.

c) As mudanças no âmbito político e ideológico, a partir da democratização das discussões e de um discurso teórico que diferencia o conjunto dos agricultores brasileiros, polarizando-os entre dois grupos antagônicos: a agricultura familiar e a agricultura patronal-empresarial. O primeiro responsável pela produção de alimentos para o consumo e o outro responsável pela produção de *commodities* votados, sobretudo, para o mercado externo.

d) Finalmente, um quarto fator que, segundo Schneider, tem marcado as discussões sobre desenvolvimento rural no Brasil diz respeito a incorporação do tema da sustentabilidade ambiental dentre as suas preocupações. Esse tema, cuja origem está relacionada às críticas ao modelo agrícola da “revolução verde”, ganha amplitude desde os anos 1980, associando-se a modelos produtivos tidos como ecológicos, orgânicos, entre outros. Schneider chama atenção para o esforço realizado entre os estudiosos e ativistas do tema em associar sustentabilidade como referencial teórico e modelo de desenvolvimento.

Entretanto, como observa Gomes de Matos (2004), a ênfase atribuída ao papel da agricultura familiar e a necessidade de incluir esse segmento como público prioritário nas atuais propostas de desenvolvimento não implica, necessariamente, em tratá-lo como sujeito político, capaz de eleger suas prioridades, ao que sublinha:

Na prática atual, o pequeno agricultor é objeto das pesquisas universitárias, da assistência técnica e de todos os componentes dos programas de

desenvolvimento; em nenhum momento ele é tratado como sujeito (...) por mais que se fale em processos participativos, pouco se coloca a questão da autonomia local como premissa fundamental do trabalho(...) (GOMES DE MATOS, 2004, p.97).

De todo modo, os fatores elencados por Schneider (2008), que traduzem uma concepção de desenvolvimento rural e de valorização da agricultura familiar, se fizeram particularmente presentes na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) de 2004. Com efeito, a PNATER traduzia um esforço de congregar o poder público, sociedade civil, lideranças dos movimentos sociais e das organizações dos agricultores familiares em torno da implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2004)³. Assim, com o compromisso de romper com um modelo extensionista baseado na difusão de inovações tão comum nos tradicionais pacotes da Revolução Verde, a PNATER passou a privilegiar “a inclusão social da população rural mais pobre”, aí englobando os agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e indígenas.

O estímulo ao cooperativismo como uma condição essencial de introduzir os agricultores na dinâmica produtiva, facultando-lhes, ao mesmo tempo, a possibilidade de intervir nos processos de desenvolvimento também é exaltado dentre os objetivos da antiga PNATER:

Incentivar a construção e consolidação de formas associativas que, além de criar melhores formas de competitividade, sejam geradoras de laços de solidariedade e fortaleçam a capacidade de intervenção coletiva dos atores sociais como protagonistas dos processos de desenvolvimento local (BRASIL, 2004:9).

A concepção de associativismo/cooperativismo nos termos expressos pela PNATER de 2004 traz ao debate a visão predominante nos atuais estudos sobre a temática, ao chamara a atenção para dois aspectos distintos, ainda que complementares: a associação entre cooperativismo e competitividade e a associação entre cooperativismo e criação de novas sociabilidades. Nesse último aspecto, evidencia-se a sua capacidade em criar laços de solidariedade, empoderando os agricultores nas tomadas de decisão e na implementação de propostas de desenvolvimento local. Tal perspectiva ganha ressonância nas atuais discussões sobre o caráter emancipatório das práticas cooperativas.

³ Criada em 2004, a referida política era coordenada pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pelo Decreto nº 5.033 de 05 de abril de 2004.

A PNATER de 2004 foi substituída pela PNATER de 2010, oriunda da Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Nesta nova versão, dentro de um conjunto de 12 objetivos contidos no Artigo quarto, o nono objetivo trata de: apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural.

Com isso, a PNATER de 2010, embora explicita os termos associativismo e cooperativismo, ao contrário da PNATER de 2004 que só falava em associativismo, abandona a dimensão dos laços sociais e do protagonismo dos atores nos processos de desenvolvimento rural. Ademais, a redação deste objetivo expressa o equívoco de se referir a duas questões que não guardam uma associação entre si, quais sejam o de apoiar o associativismo e cooperativismo e o de apoiar a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural. A formação desses agentes seria no âmbito da formação cooperativa? Seria para fomentar o cooperativismo? Parece, pois, desprovido de sentido manter ações distintas como constitutivas de um mesmo objetivo.

Caporal (2011), pautando-se na forma democrática de criação da PNATER de 2004, acusa a PNATER de 2010 de “ilegitimidade sociopolítica da iniciativa governamental” por menosprezar a participação popular e eliminar a palavra Agroecologia do texto dentre as orientações presentes na referida política. Considera de “duvidosa eficácia” o IV ponto do parágrafo segundo no qual, a “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;” (BRASIL, 2010), reduzindo, assim, as múltiplas dimensões da sustentabilidade proclamadas pela Agroecologia. Ademais, acusa que por ter um caráter fundado na produção, a atual Lei revela-se como uma ameaça de retorno ao velho modelo da extensão rural difusionista e produtivista. E, finalmente, admite que a PNATER de 2010 “nasce com o estigma de ser responsável por um retrocesso no campo da extensão rural contemporânea” (CAPORAL, 2011, p.24-26).

Em 2016, no Governo Michel Temer, novas mudanças institucionais são operadas com forte impacto para o mundo rural. Destaca-se particularmente a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da medida provisória Nº 726 de 12 de maio e as transferências de suas funções divididas entre a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, por meio do decreto 8780 de 27 de maio e do decreto 8786 de 14 de junho. A Secretaria Especial

de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário bem como a implementação da PNATER passam a ficar sob o comando da Casa Civil.

Com o decreto 8780 de 27 de maio de 2016, que transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para a Casa Civil da Presidência da República, que passa a ter as seguintes competências: I - de reforma agrária; II - de promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e III - de delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações, a serem homologadas por decreto (BRASIL. Decreto 8780).

Em carta aberta assinada pelos Professores Universitários e Pesquisadores admitem que as mudanças institucionais operadas com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com suas funções agora divididas entre a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário “fragiliza a estrutura operacional das políticas públicas, minimiza a importância da agricultura familiar e coloca em risco as políticas diferenciadas de desenvolvimento rural, segurança alimentar, acesso à terra, estímulo à autonomia de povos e comunidades tradicionais e de povos indígenas, e de apoio aos assentamentos rurais”. (KATO, 2016).

Caporal (2006), referindo-se à PNATER de 2004, embora perfeitamente cabível à PNATER de 2010 e às recentes mudanças institucionais relativas ao mundo rural, observa que o grande desafio futuro da Extensão Rural no Brasil está relacionado à condução das macro orientações da política de desenvolvimento do Estado. Para onde vai pender o maior estímulo do governo – se para o agronegócio ou se para a agricultura familiar – definirá o poder de alcance da PNATER. Como ressalta, o apoio e o financiamento do poder público às atividades agropecuárias nos moldes preconizados pela Revolução Verde, como forma de garantir a concorrência nos mercados de *commodities*, dificultam a implementação de um outro estilo de desenvolvimento, contrário ao produtivismo e a devastação ambiental. Ao que observa com muita propriedade:

O que vemos hoje, sob a orientação de um mesmo governo nacional é a disputa de dois modelos de desenvolvimento rural e de agricultura: um modelo já velho, não sustentável, mas ainda mais hegemônico; e outro, em construção, que trata de buscar a sustentabilidade. A solução desta contradição poderá definir os rumos futuros do nosso desenvolvimento como sociedade (CAPORAL, 2006, p. 24).

De todo modo, os resultados dessas novas medidas governamentais não são ainda passíveis de uma avaliação mais profunda, dado o pouco tempo de sua implementação. Apesar disso, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reforça a tendência histórica de desmantelamento das políticas de extensão, observada desde os anos 1990, dentro de uma política neoliberal de extinção e privatização de órgãos públicos, ampliando ainda mais a vulnerabilidade de grande contingente dos excluídos do campo⁴.

Considerações finais

Como discutido neste trabalho, o capítulo inicial da história da extensão rural guarda, no Brasil, muitas similaridades com o capítulo que deu origem à história do cooperativismo. Ambos foram marcados por uma estrutura autoritária, desvinculado dos reais interesses dos camponeses, fomentados por uma ideologia conservadora e produtivista que fundamentou o projeto de desenvolvimento do pós-guerra.

As orientações aí contidas nortearam uma perspectiva de desenvolvimento que privilegiou o capital, a grande propriedade patronal, os insumos de procedência estrangeira em detrimento do trabalho, da pequena propriedade familiar e dos manejos menos intensivos de capital, trazendo graves consequências para o mundo rural e para o conjunto da sociedade brasileira. Daí depreende-se que o mundo rural não é um mundo a parte, ao expressar o caráter constitutivo da formação econômica, social e política brasileira

Há um reconhecimento de que, enquanto propulsor de uma maior produtividade no campo, a extensão rural brasileira, às custas de uma “Modernização conservadora”, cumpriu seu papel, haja vista os altos índices de produtividade alcançados especialmente nos anos 1970. Modernizar sem transformar, deixando intactas e até fortalecidas as estruturas de dominação prevalentes tornou-se a tônica das políticas implementadas sob o manto da “Revolução Verde”.

⁴ A extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER – em 1990, no governo Collor, foi um exemplo contundente na direção do enfraquecimento do aparelho institucional que dava suporte as atividades de Extensão.

Tornou-se evidente que os ganhos obtidos no campo das supersafras não asseguraram o “progresso” almejado, evidenciando que uma reforma agrícola desvinculada de uma reforma agrária não contribuiu para as transformações que o mundo rural precisava e ainda precisa, permitindo, ao contrário, a sedimentação das injustiças e das distorções ali existentes, com repercussão para todo o país. Os camponeses, nesse processo, foram possivelmente os mais atingidos. Subestimados enquanto atores importantes no meio rural, ficaram reféns de projetos desvinculados de suas necessidades e de suas prioridades. Quando “incluídos” nos trabalhos de extensão, a condição de “público beneficiário” não estimulava a possibilidade de assumirem, como sujeitos políticos, as rédeas do processo.

Entretanto, como destacado também neste trabalho, seguindo uma tendência da produção acadêmica atual, percebe-se um esforço do governo brasileiro em recuperar a importância do papel da agricultura familiar no âmbito da política pública de ATER. A PNATER de 2004 e a PNATER de 2010 traduzem claramente esse esforço, na medida em que instituiu a agricultura familiar como público prioritário de suas ações. Ainda que a última versão da PNATER se proponha a adotar uma abordagem multidisciplinar, com metodologias participativas é acusada de não ter preservado os avanços da sua antecessora, seja no que diz respeito a ausência da palavra/concepção Agroecologia, seja no que diz respeito a forma tímida com que trata o associativismo e o cooperativismo. A extinção do MDA e a mudança de suas atribuições para dois outros ministérios põem em xeque os avanços atribuídos à agricultura familiar e a questão agrária com a criação do MDA, inaugurando um período de muitas incertezas para os espaços rurais. Qual a tônica que será dada aos processos de desenvolvimento rural e como se definirá a correlação de forças entre a agricultura familiar e o agronegócio? São algumas das questões que trarão implicações sobre a relação entre cooperativismo e Extensão Rural.

O que significa afirmar que essa aliança tanto pode expressar a possibilidade de uma maior inserção da agricultura familiar na dinâmica produtiva do país, permitindo ao mesmo tempo a criação e o fortalecimento de espaços de participação democrática como pode, ao contrário, reforçar o caráter de subalternidade e de bloqueio que, historicamente, vitimou a agricultura familiar. O que significa ainda admitir que o que está em jogo é a intensidade – maior ou menor – do caráter emancipatório contido nas práticas sociais.

Ademais, a ênfase no cooperativismo como um instrumento de organização dos produtores e da produção, como uma estratégia de superação da pobreza e do isolamento

dos agricultores continua a ter um papel de destaque nas políticas voltadas ao mundo rural.

Essas considerações nos permitem reafirmar que o problema não está na extensão rural ou no cooperativismo em si, mas nos modelos de desenvolvimento a que estiveram e a que estarão historicamente apoiados (PIRES, 2006). A criação de um modelo de extensão rural e de cooperativismo mais autêntico, mais transparente e, portanto, mais compatível aos interesses de um público maior está intimamente associado à possibilidade de uma condução democrática do país. A democracia aqui colocada é situada como uma condição essencial para nortear as práticas sociais.

Entretanto, a complexidade do mundo rural no Brasil - um rural do agronegócio ligado ao mercado globalizado, apoiado em tecnologias de ponta e, por outro lado, um rural da agricultura familiar organicamente desarticulado, com enormes carências de infraestrutura, de capital, de conhecimento no campo da produção e da comercialização - expressa, sem disfarces, os contrastes que são típicos da sociedade brasileira, desafiando o poder público, as universidades, as ONG's e demais atores comprometidos com esses processos a avaliarem as práticas sociais no campo, a proporem e a apoiarem alternativas mais incluídas e democráticas no espaço rural. Tal questão exige também, como já sublinhado, a compreensão do espaço rural como um cenário de luta e de articulação entre atores diversos, com interesses divergentes na disputa pela atividade agrícola e não agrícola, pelo lazer e pela preservação ambiental. São outras lógicas que estão em jogo e que vão implicar, possivelmente, que o cooperativismo e a Extensão Rural ganhem novas dimensões e incorporem novos significados.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, S. M. P. de. *Eles: a cooperativa*. Um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Projeto, 1982

BRASIL. Decreto 8780 de 27 de maio de 2016.

BRASIL. Decreto 8786 de 14 de junho de 2016.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário (PNATER). Brasília, 2004.

BRASIL. Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010

BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAPORAL, F. R. Lei de ATER: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. p. 23-33, 2011.

CALLOU, A. B. F. Extensão Rural. Polisssemia e Memória. Recife: Bagaço, 2006.

CALLOU, A. B. F.; PIRES, M. L. L.S; LEITÃO, M. R.F.A; SANTOS, M. S. T. *O estado da arte do ensino da Extensão Rural no Brasil. Relatório de Pesquisa*. Recife: Artimpreso, 2008.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES DE LIMA, J. e RAMOS, Ladjane (Orgs.). *Assistência técnica e Extensão Rural*. Manaus:IDAM, 2006, p. 9-34.

CAVALCANTI, J. S. B. Globalização e agricultura: processos sociais e perspectivas teóricas. *Estudos de Sociologia*, v.2, p.105-18, 1995.

CORADINI, O. L. e FREDERICQ, A. *Agricultura. Cooperativa e multinacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

COSTA, A. L. Extensão Rural e meio ambiente. *Revista eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental*, v.7, p. 29-45, 2001.

DEL VECCHIO, A. Visões de um objeto incômodo: o regime militar brasileiro. Araraquara: *Estudos de Sociologia*, v. 15, p. 63-84, 2003, disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/index.php/estudos/article/view/159/734>. Acesso em: 26 jul. 2010.

DEVELTERE, P. *Les coopératives, mutuelles et associations dans les pays en développement*. Paris/Bruxelles: De Boeck/Larcier, 1998.

FLORES, M. Assistência técnica e agricultura familiar. In: LIMA, D. M. A. e WILKINSON, J. (Orgs.) *Inovações nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq/Paralelo, v.15, 2002, p. 347-360.

FONSECA, M. T. S. da. *A Extensão Rural no Brasil. Um Projeto Educativo para o Capital*. São Paulo: Loyola, 1985.

GIBBS, A. Rôle des coopératives dans le développement des pays du Tiers-Monde. In SEGUIN, M.T. (Org.), *Pratiques coopératives et mutations sociales*. Paris: Éditions L'Harmattan (*Collection Logiques Sociales*), 1995.

GOMES DE MATOS, A. Promessas e desencantos do desenvolvimento. In: GOMES, A. (Org.). *Da mobilização às mudanças sociais*. Dinâmica das novas ruralidades do nordeste brasileiro. São Paulo: Polis/ Campinas: Ceres, 2006, p. 283-312.

GOMES DE MATOS, A. Desenvolvimento e autonomia local. In: WANDERLEY, M. N. B. (Org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável*. Dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro, São Paulo: Polis/ Campinas: Ceres, 2004, p. 93-102.

KATO, K. Y. M. Carta Aberta de Professores. 2016, disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2016/06/01/carta-aberta-de-professores-universitarios-e-pesquisadores-contr-a-extincao-do-md-a/>. Acesso em 01jul. 2017.

LAUSCHNER, Roque. Cooperativismo e agricultura familiar. 1994, disponível em:

<http://gipaf.cnpia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/lauschner94.pdf>. Acesso em 12 nov. 2012.

LOUREIRO, M. R. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Cortez / Autores associados (*Coleção Teoria e Práticas sociais*), 1981.

MARTÍNEZ, I. B. e PIRES, M. L. L. S. Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: Uma perspectiva empresarial e associativa. *Cadernos de Ciência e Tecnologia EMBRAPA*, v. 19, n. 01, p.99-118, 2002.

OLIVER, G. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil* Florianópolis: Epagri, 1996.

PIRES, M. L. L. S. e CAVALCANTI, J. S. B. Cooperativismo, fruticultura e dinâmicas sociais rurais: Uma nova onda de cooperativas no Vale do São Francisco. In: SILVA, A. G. S.; CAVANCANTI, J. S. B. e WANDERLEY M. N. B. *Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no nordeste do Brasil*. João Pessoa: Zarinha, 2009, p. 115-138.

PIRES, M. L. L. S. Cooperativismo, fruticultura e inovações produtivas. Em debate uma experiência cooperativa situada no nordeste brasileiro. In: OCHOA, M. O (Org.). *La intercooperación. Del concepto a la práctica*. Sherbrooke (Quebec) Canadá: *Revue Unircoop*, p. 201-224, 2007.

PIRES, M. L. L. S. *O cooperativismo agrícola em questão*. A trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá. Recife: Massangana, 2004.

PIRES, M. L. L. S. A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: TAVARES DE LIMA, J. (Org.) *Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Recife: Bagaço, 2003, p. 45-70.

RIOS, G. S. L. O que é cooperativismo. São Paulo: Brasiliense (*Coleção Primeiros Passos*, 189), 2007.

SANTOS, B. S. e RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (Org.) *Produzir para viver*. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 23-77.

SCHNEIDER, S. (2008). Trabalho apresentado ao congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, Acre, 2008, disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/660.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida*. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro: *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 21, p. 42-61, 2003.